

A NOÇÃO DE PARTIDO NOS *ENSAIOS* DE MONTAIGNE

NOTION OF PARTY IN ESSAY OF MONTAIGNE

Gilmar Henrique da Conceição*

Resumo: Este artigo procura dar início a um trabalho que visa organizar e sintetizar as reflexões e as posições de Montaigne sobre as questões políticas: a natureza da autoridade política, das leis, dos partidos, do eu. Vale a pena esclarecer que suas idéias sobre a política não nos permitem referir a “conceitos” em razão dos diferentes significados com que os temas são tratados. Por isso, optamos pelo termo “noções”, cujos significados são mais lassos e nos permitem acompanhar Montaigne no registro de seu movimento paradoxal. Nos *Ensaíos*, Montaigne utiliza em várias passagens as palavras “partido”, “facção” e “seita”. Importa salientar que, do ponto de vista da política, Montaigne questiona severamente o sectarismo, esteja onde estiver e venha de onde vier. A linguagem política do ensaísta é notoriamente dubitativa e vários termos utilizados têm significados diversos. Em Montaigne a impassibilidade política é praticamente impossível e se levada até suas extremas conseqüências do desapego ou da indiferença não é sequer virtude.

Palavras-chave: Filosofia política. Partidos. Subjetividade. Política

Abstract: This paper seeks to initiate a work that aims to organize and synthesize ideas and positions on Montaigne's political issues: the nature of political authority, laws, political parties, the self. It is worthwhile to clarify their ideas about the policy does not allow us to refer to "concepts" because of the different meanings that the subjects are treated. Therefore, we chose the term "concepts", whose meanings are more languid and allow us to track record of Montaigne in his paradoxical movement. In Essays, Montaigne uses in several passages the words "party", "faction" and "sect". It should be noted that, in terms of policy, Montaigne asks severely sectarianism wherever you are and wherever it comes from. It seems that it is from this meaning that harmful Montaigne criticizes the parties, factions and sects. The language policy of the essayist is notoriously uncertain and various terms used have different meanings. In terms of its evolution, the term "party" came into use replacing gradually the derogatory term "faction" or "sect" with the understanding that the concept of a party is not necessarily a faction, which is not necessarily bad and not necessarily disturb the “*bonum commune*”. In Montaigne dispassion policy is virtually impossible and if carried to its extreme consequences of detachment or indifference is not even due.

Keywords: Political philosophy. Parties. Subjectivity. Politics

*Mestrando em Filosofia no Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Unioeste, Área de Concentração “Filosofia Moderna e Contemporânea”, Linhas de Pesquisa “Ética e Filosofia Política”. E-mail: ghconceicao@unioeste.br. Orientador: Prof. Dr. José Luiz Ames.

Introdução

Este trabalho é um dos tópicos de minha dissertação de mestrado, que está sendo desenvolvida no Programa de Mestrado em Filosofia de Toledo/Paraná. De modo geral minha dissertação trata do pensamento político de Montaigne. Este texto aqui apresentado visa dar início a uma pesquisa em que procuro sinalizar e sintetizar alguns pontos acerca das reflexões e das posições de Montaigne sobre as questões políticas: a natureza da autoridade política, das leis, dos partidos, do eu. Como é sabido pelos leitores de Montaigne, não há muitos estudos, no Brasil, que tratem do pensamento político de Montaigne. Esta pesquisa foi submetida recentemente a exame de qualificação.

Em grande parte, a dificuldade em se estudar o pensamento político de Montaigne vem de que ele implica num trânsito pelos temas essenciais dos *Ensaios*: a natureza do eu (a subjetividade), a questão do conhecimento (o ceticismo) e a filosofia prática; enfim, por todos os ensaios. As argumentações políticas de Montaigne estão, por assim dizer, dispersas e em grande medida latentes no texto. Por isso, neste estudo, o mais importante para nós é encontrar um fio a seguir, ou a puxar, para transitar por este labirinto que são os *Ensaios* e essa tarefa não é fácil.

De modo geral, Montaigne substitui a erudição inchada, as certezas, pela experiência, buscando a observação direta, a análise e a crítica dos fatos. A sua experiência e a sua razão lhe confirmam a diferença e a dessemelhança em tudo o que existe na natureza ou nos seres humanos. É a convergência com a diversidade e a multiplicidade, e não com a regularidade que plasma o pensamento político de Montaigne. Os leitores de Montaigne sabem que não é fácil compreender a “maneira” de suas reflexões políticas.

O pensamento político de Montaigne é tributário do ceticismo e, como uma espécie de fio que percorre os Ensaios, pensamos ser possível distingui-lo, pelo menos em algumas de suas texturas. Resulta, porém, que, nesta pesquisa, na medida em que encontramos e puxamos este fio, uma rede de elementos indissociáveis veio junta. Para sairmos de nossa primeira aproximação, mais genérica, tínhamos dois caminhos, na perspectiva, apenas, da organização da pesquisa. Ou entrar profundamente na investigação da originalidade do ceticismo de Montaigne¹ ou “esquecer”,

¹ Ao menos para nos assegurarmos sobre os termos da questão relativos ao o ceticismo epistemológico e o relativismo ontológico; pois, trata-se de um problema que está o tempo todo por trás das observações sobre a política.

provisoriamente, este tema - e suas necessárias conexões com o problema da natureza do eu. É claro que as duas vertentes são inseparáveis, mas é possível falar, positivamente, num “pensamento” político de Montaigne, em razão disso pensamos que o melhor seria começar por circunscrevê-lo para, em seguida, compreender seus vínculos com o ceticismo e os vínculos da natureza do eu com a política. Caso contrário, corríamos o risco de patinar nas observações habituais e de não se apreender a originalidade de suas posições políticas, obscurecidas pelos enunciados práticos tradicionais do ceticismo.

Em termos metodológicos, nesta pesquisa procuramos buscar - na medida do possível - organizar e sintetizar as próprias reflexões e, por que não dizer, as posições (se preferirmos, o registro do desenvolvimento dos *humeurs* - aí incluídas as opiniões) de Montaigne sobre as questões políticas: a natureza da autoridade política, a natureza das leis, os partidos, a questão das facções e da subjetividade. Vale a pena esclarecermos que, especialmente suas idéias sobre a política não nos permitem, pelo menos a nós, referirmo-nos a “conceitos” (cujos significados são mais precisos), em razão dos diferentes significados com que os temas são tratados, assim optamos por referirmo-nos a “noções” (cujos significados são mais lassos e nos permitem acompanhar Montaigne no registro de seu movimento paradoxal).

A linguagem política de Montaigne é notoriamente dubitativa e vários termos utilizados por ele tem significados diversos. Esta variedade está em Montaigne, mas também depende tanto do fato de muitos termos terem passado por uma longa série de mutações (como por exemplo, as palavras, partido, Estado, conservantismo, revolução, obediência, etc.) como da circunstância de não existir até os nossos dias estudos sobre o pensamento político de Montaigne que, de forma rigorosa, tenham conseguido determinar e impor, de modo unívoco e universalmente aceito o significado dos termos habitualmente mais utilizados por ele. O universo da linguagem política de Montaigne, em razão da fluidez e da incerteza dos confins dos *Ensaaios* que vê terras mais além, mas que não as pode distinguir, não é fechado, e comunica-se com a natureza do eu, a questão do conhecimento e a filosofia prática, sobretudo naqueles termos cujos conteúdos mais se agitam e mais são agitadas as paixões partidárias.

A impassibilidade política é praticamente impossível e se levada até suas extremas conseqüências do desapego ou da indiferença não é sequer virtude. Evidentemente a linguagem política de Montaigne não é ideologicamente neutra, cada termo não unívoco, ou noção, é usado como base na sua orientação política, para obter

aprovação ou desaprovação de certo comportamento, para provocar, enfim, relativo consenso ou dissenso a respeito da defesa do bem comum e da estabilidade social. Portanto, quer nos parecer que na ótica montaigneana equilíbrio não é nem imobilismo nem estaticidade, pois em função da interação de forças e partes opostas a sociedade mantém-se estável precisamente porque é capaz de se adaptar aquilo que mudou: “[...] não posso senão aprovar esse estado de coisas e adaptar-me a ele (III, X). Assim não há na história uma solução de continuidade, uma ordenação e uma seqüência causal de acontecimentos políticos, com base nas quais se pode traçar os grandes panoramas, as sínteses e teorias sobre instituições, formas de governo e coletividade

Montaigne coloca diferentes problemas indagando sobre a possibilidade de ações políticas que permitam a uma sociedade manter-se em equilíbrio e ser melhorada, apesar da maldade inerente à natureza humana, da inconsistência da razão, e dos partidos em conflito. Observe-se que considera possível melhorar o estado de imperfeição do homem, mas melhorar não significa eliminar a imperfeição. Na ótica do ensaísta o exame racional dos governos, leis e costumes mostra suas precariedades; são produtos humanos históricos e não têm nenhum fundamento natural ou sobrenatural, por isso registra a fragilidade dos governos, dos partidos, do Estado, da sociedade, das leis e da justiça, visto que se assentam apenas na sua antiguidade decrépita.

Noção de partido em Montaigne – discussão inicial

Nos *Ensaios*, Montaigne utiliza em várias passagens as palavras “partido”, “facção” e “seita” e, algumas vezes, “heresia”². No âmbito político, a palavra grega *hairesis* pode significar “partido”, “facção”, “grupo” ou mesmo “heresia”, com o sentido original de grupo divergente da maioria (e não no sentido pejorativo que posteriormente lhe foi dado pelas autoridades eclesiásticas). Assim, *hairesis* indica escolha, organização, eleição, preferência, inclinação por uma opinião ou doutrina política, ou escola filosófica, ou teológica. Por extensão, “partido” ou “facção” passou a significar “o que é escolhido”, “opinião”; e posteriormente chegou a significar um grupo de pessoas que mantêm uma opinião particular, uma seita, uma facção. Não é estranho,

² “Essa opinião me recorda a experiência que nós temos, de que não há nenhum sentido nem aspecto, nem reto, nem amargo, nem doce, nem curvo, que o espírito humano não encontre nos escritos que se mete a folhear. Na palavra mais nítida, pura e perfeita que possa ser, quanta falsidade e mentira não se fez nascer? Qual heresia não achou aí fundamentos e testemunhos suficientes, para se estabelecer e se manter?”

portanto, que no âmbito da religião estas três palavras também sejam usadas, e inclusive o *Novo Testamento* relaciona partidos com facções e seitas.

Importa salientar que, do ponto de vista da política, Montaigne questiona severamente o sectarismo, esteja onde estiver e venha de onde vier. Para nosso estudo, sectarismo (ARCARY, 2007) nada mais é que um método de interpretação da realidade e/ou conduta política que elege como prioridade a defesa de um corpo de idéias fixas ou interesses de grupo e é incapaz de reagir às pressões sociais e políticas dos meios que decidiram agir. No âmbito das organizações políticas, sectarismo político é entendido como, por um lado, propagandismo, ou seja, a agitação permanente das mesmas idéias tidas como indiscutivelmente verdadeiras, independentemente da situação concreta, e, por outro, aparelhismo, um conjunto de procedimentos de auto-afirmação. A “seita” julga estar cercada de inimigos por todos os lados, de modo que, com ela, nenhum diálogo é possível. Simplificando, então, sectários são aqueles que têm um quadro ideológico de referências muito estreito, e reflexos defensivos fechados por isso se julgam como os únicos a terem a verdade total e considera todas as outras interpretações da realidade como inimigas. Aqueles que não concordam com a integralidade da visão de mundo dos sectários são, sumariamente, identificados como inimigos. Tendências sectárias têm muita dificuldade para realizar alianças, mesmo quando acordos são possíveis para campanhas conjuntas, porque identificam os potenciais aliados em especial, os mais próximos, como inimigos. A seita coloca seus dogmas “ínfalíveis” e rivalidades na disputa, acima dos interesses do bem comum. Porém, os depositários do poder têm a disposição a considerar tudo o que se lhes opõe como facção ou seita. Assim, o início de qualquer movimento oposicionista pode ser tachado de facção ou seita porque se opõe às ideologias dominantes. Mas, na medida em que tal movimento se abre para o todo e convence um maior número de adeptos ele pode se tornar partido.

Quando nos casos em que Montaigne utiliza três palavras (partido, seita e facção) como sinônimas, ele parece ter razão porque, afinal, partidos podem ter sintomas sectários e fracionistas no interior da sociedade, com resultados deletérios à sobrevivência da comunidade. Em termos de sua evolução, o termo “partido” entrou em uso, substituindo, gradualmente, o termo depreciativo “facção” ou “seita” com a compreensão de que a concepção de um partido não é necessariamente uma facção, que não é necessariamente um mal e que não perturba necessariamente o *bonum commune*. Entretanto, a transição de seita e facção para partido foi lenta e tortuosa, seja no campo das idéias, seja no dos fatos. Há muitas ambigüidades e perplexidades a esse respeito.

Segundo nosso entendimento, de todo modo, as idéias de “seita” e “facção” estão na base da noção de partido nos Ensaios de Montaigne partido.

Os partidos não deixam de ser uma fração do todo, independentemente da sua dimensão. Assim, contraditoriamente são as partes, ou melhor, são os partidos, que parecem poder alcançar mais altos níveis nos parâmetros de institucionalização e melhor traduzir a necessidade de equilíbrio e de obediência. Disso podemos perceber que ele problematiza as certezas políticas dado o caráter inseguro da faculdade intelectual, que recebe freqüentemente coisas falsas, daí a necessidade da “moderação” e do “diálogo” entre os partidos. Montaigne antevê que a relação entre a facção, a seita e o partido é dialética: quando um partido age de forma estreita age como facção (ou seita). Concordamos, também, que, de modo geral, os partidos ultrapassam as facções e as seitas, por isso não podem mais ser confundidos. “Assim, o significado primordial transmitido pela raiz latina é uma idéia de *hubris*, de comportamento excessivo, impiedoso e, portanto, daninho” (SARTORI, 1982, p. 28). Parece-nos que é a partir deste significado danoso que Montaigne critica os partidos, as facções e as seitas. Ainda que Montaigne use, em alguns momentos, as palavras “partido”, “facção” e “seita”, quase como sinônimos, a base da idéia política de Montaigne é de uma sociedade com partes em conflito.

Na realidade, sob o nome de “partidos”, como diferentes tipos de organização para conquistar o poder e exercê-lo, ainda que não se trate da mesma coisa, podemos buscar uma certa identidade, uma linhagem familiar de parentesco profundo em diferentes instituições:

Chamam-se igualmente “partidos” as facções que dividiam as Repúblicas antigas, os clãs que agrupavam em torno de um *condottieri* na Itália da Renascença, os clubes onde se reuniam os deputados das assembleias revolucionárias, os comitês que preparavam as eleições censitárias das assembleias, bem como as vastas organizações populares que enquadram a opinião pública nas democracias modernas (DUVERGER, 1970, p. 19)

Na época de Montaigne as relações entre política e religião passam por um processo de transformação e o fracionamento da sociedade cria o “partido católico” e o “partido dos reformadores”. A palavra “partido” se originou do latim “*partire*” que significa “dividir” (SARTORI, 1991, p. 23), todavia não fez parte efetiva do vocabulário político até o século XVII. Vimos que a palavra predecessora de partido é

“seita”, que se originou do latim “*secare*” (“separar”, “cortar” e, com isso, “dividir”). Segundo, Sartori: Quando “parte” se torna “partido” temos então, uma palavra sujeita a duas influências semânticas: a derivação de *partire*, dividir, de um lado, e associação com tomar parte, e portanto com a participação, do outro. Esta última é, na verdade, mais forte do que a primeira derivação. (SARTORI, 1982, p.24)

Eva chama a atenção, em nota, que a palavra partido, no *moyen français*, possui um leque semântico amplo e fluido, significando “parte” (de um todo), “partido” (tomada de posição numa disputa, política ou não), “partida” (de um jogo) ou simplesmente “qualidade”. Montaigne utiliza a palavra partido com todos esses significados. A razão pode sustentar partidos contraditórios, todavia ainda que saiba que seja sempre possível argumentar dos dois lados (pró e contra), ele se posiciona, no interior do *party catholique*, a despeito de seus defeitos que não se furta a criticar, porém:

[...] a adesão cética de Montaigne ao catolicismo em ‘bloco’ não equivale – nem poderia equivaler – a uma adesão irrestrita, de sua parte, a toda e qualquer forma de autoridade da religião tradicional. [...] suas reflexões se pautam pela consideração, nas questões atinentes aos critérios de ação política, da maneira pela qual os homens empiricamente assentem à autoridade. (EVA, 2007, p. 105)

Sartori escreve que “partido” apresenta, desde o início, uma conotação menos negativa do que “facção” e, apesar disso, continuou sendo um sinônimo próximo desta. Apenas conceitualmente é possível a a distinção entre facção e partido, porque no mundo real são indistinguíveis:

[...]facção aplica-se a um grupo concreto, ao passo que “partido” é muito mais uma divisão analítica, um construto mental, do que uma entidade concreta. E isso explica por que a distinção se perde rapidamente e não se mantém. Se facção é o grupo concreto e partido o agrupamento abstrato, a referência ao mundo real torna os dois indistinguíveis. (SARTORI, 1991, p. 25).

Como o termo “seita” já existia e estava consolidada como transmissora do significado preciso de *partire*, “partido” prestou-se a um uso mais impreciso e obscuro. “Partido” transmite, então, basicamente a idéia de *parte*, e parte não é em si uma palavra

depreciativa: é um construto analítico. Com o passar dos anos, o termo partido perde sua conotação original, significando também “partilhar”³.

É certo que a sociedade culta dos tempos antigos – quer falasse italiano, espanhol, francês, alemão ou inglês – compreendia a terminologia que usava através do latim (e grego). Portanto, a derivação etimológica de partido de *partire*, isto é, separação, não passou despercebida dos autores dos séculos XVII e XVIII. Não obstante, “parte” havia a muito perdido sua conotação original. A palavra “parte” está no verbo francês *partager*, que significa partilhar, tal como entra no inglês *partaking* (participação, partilha) (para não falarmos de *partnership* [associação] e *participation* [participação]). SARTORI, 1982, p. 24).

Montaigne já utiliza a expressão “partido católico”, além de usar a palavra partido para referir-se ao conjunto dos apoiadores de determinado rei, líder ou príncipe. Montaigne também usa a palavra “seitas” e “partido” para se referir às divisões de escolas filosóficas, aos “partidos dos filósofos” (II, XV). Na realidade, Montaigne chega a escrever sobre o fato de a própria política também ter tantas faces e variedades como o “partido protestante”, o “partido católico”, as seitas, as facções e as formas de governo. Durante o século XVII, o termo partido, que substituiu os termos seita e facção, passou a ligar-se à religião, especialmente ao dito “sectarismo protestante”, (“partido protestante”, como escreve Montaigne) que separava e cortava a unidade católica. Neste sentido, reforçou-se a ligação original de partido como divisão e separação.

Na perspectiva de Montaigne não é possível julgamentos absolutos em política porque somente vemos partes e não podemos nos situar absolutamente fora de alguma circunstância perceptiva determinada para examinar independentemente, de um lado, as próprias coisas e, de outro, a maneira como se apresentam em cada uma dessas circunstâncias. O argumento considera como o ato de “tomar partido” envolve, por si mesmo, uma presunção de conhecimento; em seguida, ele nos convida a observar que essa mesma presunção se faz presente a despeito de nosso juízo oscilar entre opiniões contraditórias a que, a cada vez, nos agarramos como se tivessem, de modo geral, uma solidez maior do que elas podem revelar se consideradas no decorrer do tempo. Disso podemos perceber que ele problematiza as certezas políticas dado o caráter inseguro da faculdade intelectual, que recebe freqüentemente coisas falsas, daí a necessidade da

³ Montaigne parece que já utiliza a palavra partido com os dois significados. Tanto como de “divisão” quanto de “partilha”.

“moderação” e do “diálogo” entre os partidos. Portanto, há um caráter duvidoso em todos os partidos. O pensamento político de Montaigne tem raízes profundas: uma reflexão rigorosa, uma erudição apurada e o exercício do poder político. É a filosofia de sua experiência pessoal que Montaigne condensa em seus escritos⁴, de forma que o valor argumentativo está em convidar cada leitor a consultar a sua própria experiência para aferir o valor da “descrição” que faz nos *Ensaios*. Portanto, nos *Ensaios* temos a combinação da formação intelectual e o exercício do poder, ou seja, temos a interação entre a experiência política e reflexão pessoal com estatuto filosófico⁵, porque *essai* denota também uma maneira de filosofar, ajuizando acerca da política, da sociedade e das coisas, de forma supostamente assistemática e fluida. Mas que pensamento, por mais impremeditado e fortuito que seja, pode acolher em si a participação partidária e o retiro, a ação e o recolhimento? A imagem da filosofia fluida ocorre em razão de nossa incapacidade de observar a possibilidade de as eventuais oscilações corresponderem, a despeito das aparências mais imediatas, a uma filosofia consistente.

Encontramos nos *Ensaios* a distinção de três tipos de partidos dos filósofos, correspondentes às diferentes posturas em que elas necessariamente se situam à posse da verdade: os “partidos dos dogmáticos” (estóicos, epicuristas e peripatéticos) que têm certeza de que conhecem a verdade, os “partidos dos acadêmicos” que julgam que os meios humanos não podem obter a verdade, e os “partidos dos pirrônicos” (ou “*Skeptiques*”) que permanecem na busca da verdade (*zétesis*), embora não a possam reconhecer na “escola da vida”. Na dimensão política, pirrônicos e acadêmicos são “práticos: conjugam a suspensão do juízo a adesão ao *phainómenon*, no caso dos primeiros, ou alternativamente, ao *probalis* ou *veri similis*, no caso dos segundos, como critério para a condução das ações da vida. Para o partido dos céuticos a experiência da impossibilidade de assentir a algum dos diversos discursos filosóficos do partido dos dogmáticos conduz o céutico a um estado de *epokhé* (suspensão do juízo) sobre a verdade ou da falsidade dos objetos dessas filosofias. Na manifestação do *phainómenon*

⁴ “Em sua maioria, os *Ensaios* que o compõem tiram diretamente seu tema de alguma experiência pessoal de Montaigne ou de alguma particularidade de seu *Eu*. Mesmo aqueles cujo ponto de partida é estranho ao *Eu*, logo escorregam para a confidência, em virtude de súbitas associações de idéias, e nela se atardam com prazer. No ensaio *Da vaidade*, o nono, Montaigne esforça-se por realçar as lições tiradas de sua viagem. No décimo, *De como poupar a vontade*, ele expõe reflexões sobre a vida pública, que seu cargo de prefeito lhe sugeriu. E no primeiro, *Do útil e do honesto*, apresenta os sentimentos que suas negociações recentes com Henrique de Navarra e Mattignon fortaleceram” (VILLEY, 1962, p. 50).

⁵ Com Montaigne, a palavra *essai* denota também uma maneira de filosofar, ajuizando acerca da sociedade e das coisas. De acordo com a maior parte da crítica: “Pierre Villey conferiu à obra de Montaigne um estatuto filosófico que, no início do século XX, reorientou os estudos montaignianos”. (VASCONCELOS, C. 2000, p. XIII)

Montaigne reconhece a diversidade da ordem e os graus com que a natureza se oferece relativamente à experiência humana.

Montaigne não trabalha em política com conotações objetivas dos conceitos dado que considera a razão desprovida de autonomia e constituída da mesma matéria da qual são feitos os hábitos. Para ele, a razão é incapaz de resolver problemas políticos, religiosos e metafísicos. A identificação de Montaigne com o seu partido, portanto, nunca é absoluta. De fato, porém, Montaigne se colocou a seguinte questão política, sobre a qual ele se posicionou: continuar e conservar⁶ (SMITH, 2000) ou mudar e revolucionar.

Montaigne é atento às perturbações de ordem política nas quais queria estar sempre presente: “Sempre lamentei, ao ler as histórias das perturbações políticas, não as ter presenciado, mas minha curiosidade satisfaz-se agora com o espetáculo de nossa agonia pública, com seus sintomas e formas. Como não posso retardá-la, contento-me com presenciá-la e instruir-me”. (III, XII).. Desta maneira a sociedade para ele é constituída de vários “partidos”, “seitas” e “facções” cada qual com suas idéias, muitas vezes antagônicas e, ao mesmo tempo, igualmente “verdadeiras”. Assim, não há um porto seguro universal, que dê estabilidade à sociedade, mas esta estabilidade é necessária, sem a qual a sociedade perece. Articula a noção de obediência com a crítica do príncipe porque a única forma de garantir a estabilidade repousa numa base frágil, é verdade, porque a importância da obediência não está numa suposta verdade absoluta, mas nos costumes.

Como Montaigne admite filosoficamente a impossibilidade de reconhecer a verdade absoluta, nas diversas “partes” em conflito, se refere ao movimento investigativo de seu pensamento como a algo parcial e provisório. Para Montaigne, administrar e governar têm relação direta com a necessidade de tomar decisões e tomar partido. No ato de tomar partido, Montaigne não pretende ser incoseqüente em suas decisões, ainda que tal decisão possa ser arbitrária e subjetiva. Ou seja, ele testa de forma aguda e permanente seu próprio juízo acerca de sua filosofia a partir da investigação (*zétesis*) cética.

⁶ SMITH, Plínio. Continuar e Conservar: Montaigne e o poder. *História: Questões e Debates*. Curitiba: Ed. UFPR, n. 25. (Dossiê “Intelectuais e Poder”). 2000.

Montaigne não recusa a ação política porque sua *epoké*⁷ cética não implica nem em abstenção política, nem muito menos em oportunismo ou imobilismo. É necessário tomar partido e ir até o fim das conseqüências, mas segundo Montaigne, as “ocasiões justas” não são tão freqüentes como se crê, de modo que não deve tomar partido com muita facilidade, pois então já não é “a causa”, mas é “a seita” que se ama (MERLEAU-PONTY, 1991, p. 223).

A *epoké* cética o leva a um profundo respeito por tudo aquilo que é variável nas partes. Esta valorização do variável e do diverso feito por Montaigne tem conseqüências no domínio político. Diante das guerras, suplícios, perseguições de heréticos, bruxas, feiticeiros e judeus um dos traços que sobressai nas idéias de Montaigne sobre as relações entre o Estado (o príncipe, no caso) e a pessoa é a de compaixão. Portanto, a própria suspensão cética o leva a se opor, particularmente, aos chefes (de partidos, seitas e facções fanáticas), e às suas práticas cruéis e, no geral, aos abusos de ordem política contra as pessoas e contra outros povos. É o partido dos pirrônicos que Montaigne designa como “o mais sábio partido dos filósofos” por isso mesmo, recomenda prudência e moderação, inclusive em relação ao partido que aderimos, e se mantém numa posição de exterioridade a todas as seitas preexistentes.

Conclusão

Este trabalho ainda apresenta um caráter lacunar próprio de uma pesquisa em andamento, na qual o tópico relativo à noção de partido nos *Ensaio* constitui um ponto importante. Como observamos, Montaigne ao utilizar a palavra partido se serve de toda uma tradição anterior na qual esta palavra vem sendo utilizada. Na realidade, desde os primeiros tempos do cristianismo as palavras partidos, facções e seitas já estão presentes nos discursos⁸. Assim, a “seita dos nazarenos”⁹ é o grupo dos cristãos entendido como uma facção de agitadores dentro do judaísmo. Também o livro dos *Atos dos Apóstolos*,

⁷ O ceticismo pirrônico (*pirróneios*) também foi caracterizado como aporético (*aporetiké*); investigativo (*zetetiké*); e também como suspensivo (*ephektiké*). Porém, é a noção de suspensão do juízo (*epokhé*) que é mais usada tecnicamente e de modo fundamental no ceticismo

⁸ Observemos três exemplos: a) "Porque até mesmo importa que haja **partidos** entre vós, para que também os aprovados se tornem conhecidos em vosso meio" (1 Coríntios 11: 19), b) "idolatria, feitiçarias, inimizades, porfias, ciúmes, iras, discórdias, dissensões, **facções**" (Gálatas 5: 20), c) "Insurgiram-se, entretanto, alguns da **seita** dos fariseus que haviam crido, dizendo: É necessário circuncidá-los e determinar-lhes que observem a lei de Moisés" (Atos 15: 5).

⁹ "Porque, tendo nós verificado que este homem é uma peste e promove sedições entre os judeus esparsos por todo o mundo, sendo também o principal agitador da **seita** dos nazarenos" (**Atos 24: 5**)

por exemplo, menciona o “partido dos saduceus”, a “seita dos saduceus”. O próprio Paulo de Tarso, bem cedo se defrontou com questões “partidárias”, ou divisões entre os cristãos, como se pode observar na *Primeira Epístola aos Coríntios*¹⁰.

Montaigne não trabalha em política com conotações objetivas dos conceitos dado que considera a razão desprovida de autonomia e constituída da mesma matéria da qual são feitos os hábitos. Para ele, a razão é incapaz de resolver problemas políticos, religiosos e metafísicos. A identificação de Montaigne com o seu partido, portanto, nunca é absoluta. De fato, porém, Montaigne se colocou a seguinte questão política, sobre a qual ele se posicionou: continuar e conservar¹¹ (SMITH, 2000) ou mudar e revolucionar: “Cabia-me apenas conservar e continuar, o que é possível sem ruído e sem que o percebam. As inovações ressaltam naturalmente, mas não são recomendáveis em épocas como a nossa [...]” (III, X). Nunca é demais, porém, certo cuidado com o termo “conservar”¹². Smith indaga se o “conservadorismo” de Montaigne, tal como em geral comentadores o tem compreendido, preserva ou altera o seu sentido nas sucessivas edições dos *Ensaios* e julga que o ensaísta se torna progressivamente menos “conservador” e que a interpretação tradicional talvez seja mais adequada à primeira edição. Além disso, este comentador alerta para o fato de que é preciso fazer ressalvas à conotação que o termo adquiriu posteriormente e que talvez não caiba aplicar o termo “conservador” ao pensamento político do ensaísta, com o sentido moderno do termo. Todavia, se insistirmos em manter o termo, é forçoso reconhecer que seu conservadorismo é paradoxal, uma vez que não somente admite que não há o que conservar, mas também que sua maneira de ser é diferente dos costumes (públicos e privados) aceitos e, além disso, elabora uma nova concepção de Estado, delimitando nitidamente as esferas do público e do privado (SMITH, 2000, p. 80). Com isso poder-se-ia acomodar as crenças dos partidos católico e protestante em um domínio onde a paz

¹⁰ “Rogo-vos, irmãos, em nome de nosso Senhor Jesus Cristo, que sejais concordes no falar, e que não haja dissensões entre vós; antes sejais unidos no mesmo pensamento e no mesmo parecer. Pois a respeito de vós, irmãos meus, fui informado pelos da família de Cloé que há contendas entre vós. Quero dizer com isso que cada um de vós diz: Eu sou de Paulo; ou eu sou de Apolo; ou eu sou de Céfas; ou eu sou de Cristo” (I, 1).

¹¹ SMITH, Plínio. Continuar e Conservar: Montaigne e o poder. *História: Questões e Debates*. Curitiba: Ed. UFPR, n. 25. (Dossiê “Intelectuais e Poder”). 2000.

¹² “Na linguagem política de Montaigne, *conservar* se define por sua oposição a *innovar*; a *conservação* recebe seu ‘valor’ lexical de sua relação de contraste com a *inovação* e as ‘novidades’. Esse par semântico, habitual no século XVI em francês e na maior parte das línguas européias, é profundamente diferente do sistema atual; na língua de hoje, o conceito de conservantismo (ele próprio de formação recente) se define principalmente em relação à noção de progresso, ou (pela simetria dos sufixos) de *progressismo*, na acepção que adquiriu a partir do século XVIII – sem que, no entanto, o antônimo *inovação* tenha deixado de contribuir para o ‘valor’ de *conservação*”. (STAROBINSKI, 1993, p. 254).

pública não mais estaria ameaçada; nem onde a política poderia ser instrumentalizada para fins particulares. Neste sentido, “conservar” significa, sobretudo, não permitir que o Estado interfira em questões pessoais, visto que constituem um assunto privado e não um assunto público. Conforme Cardoso, em razão das guerras civis, dos sofrimentos, de tantas dissensões religiosas, Montaigne parece que dá a entender que não pode mais partilhar as esperanças que se depositavam nas construções coletivas dos homens (a ciência e a cidade), mas isso não significa desdém pela vida pública e pelo convívio social, ou qualquer desinteresse pela sociedade (CARDOSO, 1992, p.49-50). Notemos que ele escreve que “as inovações ressaltam naturalmente”, (logo, não é possível interromper “as inovações”, em todas as épocas e lugares), porém pondera que “não são recomendáveis em épocas como a nossa” (deixando em aberto que em outras circunstâncias e épocas, podem ser “recomendáveis”). Muitos abusos evidentes podem ser corrigidos sem graves perturbações do Estado, todavia, não se pode opor às mudanças inevitáveis; porque o fato permanece e se justifica. Quando a subversão se torna necessária, ela ocorre, deitando raízes sólidas e é preciso aceitá-la sem prevenção e dispor-se a negociações imprescindíveis com os partidos.

De qualquer modo, ele não se recusa a tomar partido, e a atuar de forma conseqüente com o seu pensamento acerca da subversão, buscando ação e recolhimento, visto que é preciso viver nesse mundo em decomposição e manter sua independência:

Não acho certo nem honesto, entretanto, quando as agitações subvertem o país e o dividem, permanecer hesitante entre os partidos, sem manifestar preferências ou simpatia nem por um nem por outro [...] É indiscutível tomar partido, deliberadamente [...] Contudo, mesmo os que se comprometem ativamente nas lutas intestinas podem fazê-lo com moderação, de modo que a borrasca não os atinja. (III, I)

Ao longo dos *Ensaios*, a noção de política montaigneana constitui um paradoxo: há nela um crítico temível que destrói as instituições, e um político prudente que, em razão do caos político, defende publicamente a necessidade de obediência¹³ às

¹³ De acordo com Starobinski, Max Horkeimer ao estudar Montaigne apresenta-o como um privilegiado economicamente, que só cuida de se refugiar na tibieza da vida privada e do passatempo cultivado e que defende com acusações nos *Ensaios* apenas o seu conforto. Entretanto, Horkeimer escreveu acertadamente que a obediência que Montaigne pregava, como bom cético, era obediência a uma monarquia em luta contra forças reacionárias e que a obediência em que se compraz o cético de hoje é a submissão à barbárie. Porém, como esse pensador da Escola de Frankfurt relaciona, de forma equivocada, o *eu* de Montaigne com a economia de mercado, Starobinski afirma que é possível relacionar Horkeimer equivocadamente com os stalinismo e com o *gulag*, com o mesmo raciocínio utilizado por ele. (STAROBINSKI, 1993, p. 316).

autoridades, instituições, costumes e leis, e privadamente, obediência a si mesmo. Estabelece uma demarcação entre a vida pública e a vida privada porque é necessário que a pessoa seja livre dentro do quadro das leis e que a autoridade do Estado, suas exigências e seu controle, sejam tão leves quanto possível. O melhor governo é o que menos se faz sentir, o que assegura a ordem pública sem invadir a vida privada, sem pretender orientar todos os domínios, inclusive, os do espírito em todos os seus recantos. Saliente-se, porém, que para Montaigne a ordem não é imutável, muito menos divina. Governos, partidos, leis, costumes e tradição são diversos entre diferentes povos, além disso, tais coisas podem mudar. Montaigne vê com apreensão as divisões partidárias polarizadas, fragmentadas e politicamente radicalizadas que dilaceravam a França e que ameaçavam outros países: “Se olharmos ao redor de nós, podemos observar que todos os países [...] correm o risco de transformações e desastres [...] E aflige-me ainda imaginar que o mal mais próximo não está na alteração da massa inteira e aparentemente sólida e sim na sua possível divisão” (III, IX). Em razão disso ele pondera que os movimentos de mudança, que vêm para salvar, podem servir de pretexto perigoso para matar o doente. Por isso, apesar de demolir as verdades políticas, a moral e os costumes, Montaigne prefere se submeter à ordem herdada e à tradição, para o bem da ordem e da paz pública, como sugeria Sexto Empírico (1993) ¹⁴.

Referências

- ALMQUIST, Katherine. *Montaigne et la politique du Parlement de Bordeaux*. Actes Du Colloque International tenu à University of Chicago (Paris) lês 29 et 30 avril 2006
- ARCARY, V. *Ultra-esquerdistas e sectário, anotações para uma história do extremismo de esquerda*. Revista Tempos Históricos, Dossiê; Estado e Poder. Marechal Cândido Rondon: Edunioeste, 2007.
- BRAHAMI, Frédéric. *La place du politique dans les Essais*. Actes Du Colloque International tenu à University of Chicago (Paris) lês 29 et 30 avril 2006
- CARDOSO, Sergio. *Uma fé, um Rei, uma Lei*. Anexo ao Relatório. s/d.
- _____. *O homem, um homem: do humanismo renascentista a Michel de Montaigne*. In: Perturbador Mundo Novo. Ed. Escuta, São Paulo, 1992
- DEMONET, Marie-Luce. *Le politique Nécessaire de Montaigne*. Actes Du Colloque International tenu à University of Chicago (Paris) lês 29 et 30 avril 2006
- DUVERGER, Maurice. *Os partidos políticos*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1970.
- EVA, Luiz. *A Figura do Filósofo: ceticismo e subjetividade em Montaigne*. São Paulo: Ed. Loyola, 2007

¹⁴ O filósofo Sexto Empírico, que viveu na segunda metade do século II d.C., é um dos grandes continuadores do ceticismo, e constitui a mais importante fonte para estudo do ceticismo antigo. Peter Burke escreveu que Sexto Empírico “*defines the basic principle of scepticism as that of ‘opposing to every proposition’ an equal proposition’, and of suspending judgement between the two, on the grounds that we do not and cannot know which is correct*” (BURKE, 1994, p. 14).

- GRAVES, Amy. *Crises d'engagement: Montaigne et la Ligue*. Actes Du Colloque International tenu à University of Chicago (Paris) les 29 et 30 avril 2006
- GOYET Francis. Montaigne and the notion of prudence. *The Cambridge Companion to Montaigne*. New York: Cambridge University Press, 2005.
- HARTLE, Ann. Montaigne and skepticism. *The Cambridge Companion to Montaigne*. New York: Cambridge University Press, 2005
- MERLEAU-PONTY, Maurice. *Signos*. Tradução de Maria Ermantina Galvão Gomes Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1991
- MONTAIGNE, Michel de. *Oeuvres Completes*. Editions Gallimard, 1962. Bibliothèque de La Pléiade.
- _____. *Os Ensaios*: Livro I. tradução de Rosemary Costhek Abílio. São Paulo: Martins Fontes, 2000. – (Paidéia)
- _____. *Os Ensaios*: Livro II. tradução de Rosemary Costhek Abílio. São Paulo: Martins Fontes, 2000. – (Paidéia)
- _____. *Os Ensaios*: Livro III. tradução de Rosemary Costhek Abílio. São Paulo: Martins Fontes, 2000. – (Paidéia)
- PITKIN, H. F. *O Conceito de representação*. reproduzido de PITKIN, H. F. (org.) *Representation*. New York: Atherton Press, 1969
- SARTORI, Giovanni. O partido como parte. *Partidos Políticos*. Brasília: Ed. UnB, 1991
- SMITH, Plínio. *Continuar e Conservar: Montaigne e o poder*. História: Questões e Debates. Curitiba: Ed. UFPR, n. 25. (Dossiê “Intelectuais e Poder”)
- SEXTO EMPÍRICO. *Esbozos Pirrônicos*. Madrid: Editorial Gredos, 1993
- STAROBINSKI, Jean. Montaigne em movimento. Tradução de Maria Lúcia Machado. São Paulo: Cia da Letras, 1992
- TOURNON, André. *Justice and Law: on the reverse side of de Essays*. *The Cambridge Companion to Montaigne*. New York: Cambridge University Press, 2005
- VASCONCELOS, Cláudia. *À guisa de introdução*. MONTAIGNE. *Os Ensaios*: Livro I. São Paulo : Martins Fontes, 2000. – (Paidéia)
- VILLEY, Pierre. *Os Ensaios de Montaigne*. Montaigne. Ensaios, Livro I. Tradução, prefácio e notas de Sergio Milliet. Rio de Janeiro/Porto Alegre/São Paulo: Editora Globo, 1961

Artigo recebido em: 10/12/09
Aceito em: 02/03/10